



ATA DE REUNIÃO - ATR -

Projeto:	Processo Judicial Eletrônico - PJe-TJMA
Data:	30.01.2015 das 14h às 15h22min
Participantes:	Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira; Juiz Mário Márcio de Almeida Sousa (Gestor de Metas e Planejamento Estratégico da CGJ); Juiz Roberto Abreu Soares (Juiz de Direito); Jorge Henrique da Silva Oliveira (Diretor de Informática e Automação - DIA); Paulo Rocha (Assessor de Informática da CGJ); Antony Luso (Assessor de Desembargador); Elizimar Holanda (Equipe PJE).
Objetivo:	Apresentação da minuta de Resolução para substituição da Resolução nº 052/2013, reformulação, criação e formação dos Comitês Gestores Estadual e de Implantação do PJe-TJMA.

Assuntos tratados:

1. A reunião foi aberta pelo Desembargador Paulo Velten que, com a aquiescência dos demais participantes, definiu que o Comitê Gestor do PJe-TJMA terá reuniões semanais, todas as sextas-feiras, com duração máxima de uma (01) hora e trinta (30) minutos, e que a reunião do Comitê Gestor Estadual terá periodicidade mensal, também na sexta-feira.

Também ficou definido que a reunião do Comitê Gestor Estadual suprimirá automaticamente, na data em que ocorrer, a reunião semanal do Comitê Gestor da Implantação.

2. O Juiz Roberto Soares iniciou a apresentação da minuta de Resolução propondo alterações na Resolução nº 052/2013, que instituiu o PJe como o sistema de processo eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, justificando a proposta de alteração para adequação com os termos da Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça e bem assim para redefinição da composição dos comitês gestores Estadual e da Implantação do PJe-TJMA.
Ainda sobre a justificativa da proposta de alteração da Resolução do TJMA em vigor, o Assessor de Informática da CGJ, Paulo Rocha, esclareceu que a Resolução 052/2013 foi elaborada com base na proposta de resolução que estava sendo definida, à época, outubro de 2013, pelo CNJ.
3. O Juiz Roberto Soares iniciou a discussão com a proposta de composição dos Comitês Gestores Estadual e da Implantação do PJe-TJMA argumentando, dentre outros aspectos, sobre a necessidade de alinhamento da regulamentação do TJMA com as recomendações do CNJ, incluindo a previsão de assento a um representante da OAB, Seccional do Maranhão, bem como de criar condições efetivas para que o Comitê Gestor Estadual possa deliberar de forma mais célere e dinâmica sobre os assuntos relativos à implantação do processo eletrônico no



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, ouvindo todos os seguimentos afetados, notadamente os usuário interno e externos do sistema.

4. O Juiz Mário Márcio falou sobre a necessidade de cuidar da publicidade do cronograma de implantação, inclusive junto aos juízes do TJMA.

A propósito desse tema, o Diretor de Informática Jorge Henrique noticiou que há um trabalho nesse sentido, posto que a ASCOM já tem um projeto com essa finalidade; o Diretor de Informática assumiu o compromisso de agendar, para a próxima reunião semanal (06.02.2015), uma apresentação desse projeto.

5. O Juiz Roberto Soares continuou a apresentação falando que a implantação para 2015 será de forma gradual, esclarecendo que o cronograma deverá ser submetido à Presidência do Tribunal para decisão e respectiva divulgação.
6. Em continuidade, o Assessor de Informática da CGJ Paulo Rocha questionou o conteúdo do art. 41.

O Juiz Roberto Soares explicou que o referido artigo se refere à superação dos sistemas atuais, à medida em que o PJe-MA for efetivamente implantado.

O Juiz Mário Márcio argumentou que achava importante a remodelagem do artigo, pois o que já existe precisa ser mantido e o artigo pode dar uma interpretação de que os sistemas atuais serão extintos, imediatamente após a implantação, mas, que eles precisarão ser mantidos.

Sobre esse tema foi deliberado que o artigo deverá expressar que os sistemas atuais continuam em operação, mas, com a ressalva de que não haverá novas inclusões de processos, após a implantação do PJe-TJMA nos órgãos julgadores.

7. O Juiz Roberto Soares declarou que algumas estratégias poderão ser adotadas para redução gradativa da quantidade de processos em suporte físico. Citou, por exemplo, que após o encerramento da fase de conhecimento, o processamento do cumprimento de sentença poderá ser feito em suporte eletrônico.
8. Ainda em continuação, foi apresentado o enunciado normativo do art. 39, que cuida das atividades que dizem respeito a ações da TI do TJ. O enunciado do artigo foi mantido.
9. O Juiz Roberto Soares comentou o enunciado do artigo que sugere a criação de Coordenações para o 1º e 2º Graus, trabalhando de maneira integrada. Neste, ficou definido que será feita a criação de grupos de trabalho, sem cargos específicos.
10. Foi deliberado também que o § 2º do art. 25 será suprimido.
11. O Juiz Roberto Soares concluiu a apresentação da minuta da Resolução informando que iria enviar a minuta via e-mail aos participantes da reunião, de modo a permitir a sua revisão integral.
12. Por sugestão do Assessor de Informática, Paulo Rocha, na próxima reunião será apresentado o Plano de Trabalho para a implantação do PJe-TJMA em 2015.
13. A reunião foi encerrada.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Ações e Responsabilidade:					
Item	Tarefa	Responsável	Data inicial	Data final	Status*
01	Apresentar projeto de divulgação do PJe-TJMA (ASCOM)	Diretor Jorge	06.02.2015	06.02.2015	D
02	Apresentar o Plano de Trabalho para a implantação do PJe-TJMA - 2015	Juiz Roberto Abreu Soares	06.02.2015	06.02.2015	D
<ul style="list-style-type: none">Status (D - Definido, E - Em elaboração, C - Concluído)					
Informações adicionais:					

DE ACORDO:

Assinaturas:
